

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. Descrição da necessidade da contratação (problema a ser resolvido)

A problemática a ser resolvida é criar condições para desenvolver os campeonatos municipais organizados pelo Município de Princesa e competições esportivas regionais ou estaduais que o município participar.

Hoje, o município realiza anualmente campeonatos de futebol de campo, futebol de salão, futebol suíço, vôlei, bocha, 48, entre outras competições que se identifica o interesse da comunidade. As competições são organizadas em várias modalidades e alcança diversas categorias, objetivando fomentar o esporte e lazer no município. Além das competições internas, também participa de jogos que são organizadas a nível regional e até estadual.

Estes eventos requerem algumas estruturas específicas, além dos locais para realizar as competições, também demandam serviços de organização, arbitramento, julgamento disciplinar, premiação, segurança, materiais como bolas, redes e uniformes, entre outros.

Este estudo pretende levantar soluções para a necessidade de serviços de arbitramento, julgamento disciplinar e suporte na organização dos campeonatos e competições que o município participa, pois o município não dispõe de uma liga própria de árbitros, assim como, não há instituído a liga de justiça esportiva. Também não há profissionais disponíveis para garantir o atendimento adequado a toda estrutura necessária para a organização das competições, sendo indispensáveis a adição de atividades de suporte e apoio profissional à organização das competições.

2. Área requisitante

Secretaria de Esportes, Turismo e Lazer.

3. Equipe responsável pelo estudo

Gilson Loga Lisboa.

4. Descrição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução

A organização de um campeonato envolve uma série de etapas importantes para garantir que tudo ocorra de forma organizada e bem-sucedida.

Inicialmente, é necessário o planejamento da competição, como a definição de qual campeonato será realizado (futebol, vôlei, bocha, etc.) as modalidades (amador, juvenil, profissional, etc.) e o público-alvo.



Após, deverão ser estabelecidas as regras do campeonato, incluindo formato da competição, sistema de pontuação, duração dos jogos, critérios de desempate, entre outros. E a definição da estrutura do campeonato, o formato da competição, que pode ser como liga, mata-mata, grupos seguidos por mata-mata, etc.

Importante também observar o orçamento necessário para cobrir as despesas como aluguel de campos, arbitragem, troféus, prêmios, materiais, divulgação, entre outros que se apresentarem no contexto.

Será necessário levantar o número de times que participarão e como serão divididos. O calendário dos jogos, considerando a disponibilidade dos campos e dos times, e o local para os jogos. E realizada as inscrições para os times interessados em participar.

Outro ponto a ser observado é a logística, sendo necessária a disposição de árbitros qualificados para os jogos, equipamentos tais como bolas, uniformes, cones, bandeiras de escanteio, etc. Também deverão ser asseguradas medidas de segurança adequadas nos locais dos jogos, e serviços médicos para o caso de lesões durante a prática esportiva.

Além disso, poderá ser realizada a divulgação e promoção do campeonato por meio de mídias sociais, panfletos, sites esportivos locais, etc. O uso de patrocínios de empresas locais para ajudar a financiar o campeonato em troca de publicidade. Até mesmo o desenvolvimento de um logotipo e materiais de marketing para o campeonato, caso se entender necessários.

A premiação como troféus e prêmios para os vencedores, melhores jogadores, artilheiros, etc. também deve ser adquirida. Será necessário realizar uma cerimônia de encerramento para premiar os vencedores e reconhecer os participantes.

Por fim, durante a execução do campeonato é necessário que haja a coordenação dos jogos, garantir que os jogos aconteçam conforme o calendário estabelecido. Realizar o registro de resultados dos jogos e da classificação. E a resolução de conflitos de possíveis disputas ou problemas que possam surgir durante o campeonato.

Após o evento é importante que seja realizada a avaliação da competição com o feedback dos times participantes para identificar áreas de melhoria.

Para este estudo se busca a solução para a necessidade de serviços de arbitramento, julgamento disciplinar e suporte na organização dos campeonatos, portanto, os requisitos indispensáveis são de que os árbitros designados tenham experiência e qualificações, conhecimento das regras, imparcialidade e ética, comportamento profissional, e que estejam postos nos horários e locais dos jogos sem atrasos.

Para os julgamentos devem ser observadas as regras da justiça esportiva e dos regulamentos da competição, realizados com imparcialidade e justiça, mediante aplicação de regras claras e conclusiva e um processo transparente, observada a proporcionalidade das penas.

Também é necessário que seja disponibilizado todo o suporte à organização do campeonato, tais como, a organização de regulamentos, tabelas de jogos, súmulas, controle de pontos, cartões e punições, entre outras atividades relacionadas ao desenvolvimento do evento.

Por fim, é importante que o processo de seleção de árbitros e da junta de julgamento seja transparente e baseado em critérios objetivos, de modo que as partes envolvidas possam confiar na imparcialidade e na competência dos árbitros e dos julgamentos. A transparência no processo de seleção ajuda a promover a confiança e a



aceitação das decisões tomadas.

5. Levantamento de mercado (prospecção e análise das alternativas possíveis de soluções)

Definidos os critérios necessários para a solução da problemática, foram buscadas as possíveis formas de solução.

Opção 1: Em vez de um árbitro único, os jogadores podem votar democraticamente para resolver disputas, isso pode ser feito de forma anônima ou aberta, dependendo da preferência do grupo. Mas este sistema é muito moroso e compromete a celeridade na competição.

Opção 2: Criar um sistema onde os jogadores são emparelhados aleatoriamente ou por algum critério predefinido e são responsáveis por julgar disputas uns dos outros. Isso promove responsabilidade entre os jogadores e pode ajudar a evitar parcialidade. Mas este sistema também é moroso e dificultaria o andamento do campeonato.

Opção 3: Utilizar de árbitros voluntários e de profissionais, especialmente professores que tenham conhecimento das regras praticadas nos esportes. Atualmente, não é possível encontrar na comunidade pessoas capacitadas e disponíveis para serem voluntárias no arbitramento das competições, da mesma forma que também não existem professores suficientes ou com conhecimento técnico para arbitragem.

Opção 4: Contratar árbitros profissionais, que tenham experiência em arbitrar competições esportivas de alto nível. Compreende-se que seja a opção mais adequada, pois a arbitragem profissional oferece uma série de vantagens em termos de imparcialidade, expertise, credibilidade, padronização, segurança, integridade, eficiência e organização.

Contudo, a hipótese de contratação de árbitros profissionais ainda pode ser realizada sob duas hipóteses, uma é contratar árbitros individuais e outra uma liga esportiva, ou uma associação de árbitros.

Neste interim, entendeu-se que a contratação de serviços de arbitragem de uma equipe de árbitros em vez de árbitros individuais é mais eficiente, pois o município não dispõe de estrutura para organizar as equipes de árbitros, além disso, é importante que haja alternância entre os profissionais que vão apitar as partidas para garantir maior imparcialidade.

Considerando que as atividades de suporte e apoio à organização das competições são intrínsecas aos serviços de arbitragem, ou seja, há um ganho de eficiência e segurança das informações quando o mesmo prestador realizar os serviços, uma vez que haverá a concentração das atividades, é conveniente ajustar os serviços com um mesmo prestador.

Neste mesmo sentido, ponderando não haver no município instituído a justiça esportiva, entende-se por adequado a contratação conjunta dos serviços de arbitragem e julgamento, pois este sistema produz eficiência, qualidade, agilidade, além de um ganho de escala, gerando menores custos para o município.

Além disso, a contratação terceirizada de serviços de arbitragem e julgamento é uma prática que vem sendo



adotada pelo município há muitos anos, e vem dando certo, porque não é viável manter uma estrutura própria para estes serviços. Esta forma de solução também é adotada por outros municípios da região, demonstrando que é atualmente a melhor solução.

6. Descrição da solução completa, acompanhada das justificativas técnica e econômica da escolha do tipo de solução*

A solução posta é a contratação de uma liga, associação ou equipe organizada de profissionais árbitros, para arbitramento, julgamento disciplinar e suporte na organização das competições municipais, regionais e estaduais que o município participará no decorrer do ano.

Para a definição dos serviços de arbitragem deverão ser observados os seguintes requisitos mínimos:

Experiência e Qualificação - os árbitros deverão possuir experiência, preferencialmente que já tenham atuado em campeonatos semelhantes.

Conhecer das Regras - os árbitros devem ter conhecimento abrangente das regras e estarem atualizados das últimas mudanças ocorridas. Devem ser capazes de interpretar as regras corretamente e aplicá-las de forma consistente durante os jogos.

Imparcialidade e ética profissional - os árbitros devem ser imparciais e objetivos em suas decisões, sem favorecer nenhum time ou jogador. Eles devem demonstrar integridade e ética em todas as situações, evitando qualquer forma de parcialidade ou corrupção.

Capacidade de Comunicação – os árbitros devem possuir habilidades sólidas de comunicação para se comunicar claramente com os jogadores, treinadores e espectadores durante os jogos. Eles precisam ser capazes de explicar suas decisões de forma calma e assertiva, mesmo em situações de alta pressão.

Tomada de Decisão Rápida e Precisa - os árbitros precisam ser capazes de tomar decisões rápidas e precisas, mesmo em momentos de intensidade e pressão durante os jogos. Isso requer um julgamento sólido e uma compreensão aguçada das situações de jogo.

Condição Física e Resistência - os árbitros precisam estar em boa forma física e ter resistência para acompanhar o ritmo dos jogos durante todo o tempo das partidas e além, se necessário.

Comportamento Profissional – os árbitros devem se comportar de maneira profissional em todos os momentos, mantendo a calma e o controle emocional, mesmo diante de críticas ou confrontos. Devem manter a integridade do esporte e agir de acordo com os mais altos padrões de conduta.

Possuir credibilidade - os árbitros devem ser respeitados e reconhecidos na comunidade para garantir a confiança das partes envolvidas no processo de arbitragem.



Independência profissional - os árbitros devem ser independentes e não estar sujeitos a influências externas que possam comprometer sua capacidade de tomar decisões imparciais.

Em resumo, a escolha de árbitros para arbitrar um jogo é fundamental para garantir a imparcialidade, competência, credibilidade, independência e transparência do processo de arbitragem. Uma seleção cuidadosa dos árbitros ajuda a promover a integridade do jogo e a garantir que as disputas sejam resolvidas de forma justa e eficaz.

Já em relação ao julgamento disciplinar esportivo, são critérios que deverão ser respeitados:

Imparcialidade e Justiça – o julgamento disciplinar deve ser conduzido de maneira imparcial e justa, sem qualquer forma de preconceito ou favoritismo em relação aos envolvidos. Todas as partes devem ser tratadas de forma equitativa, independentemente de sua posição ou histórico.

Conhecimento das Regras e Regulamentos - o julgador disciplinar deve ter um entendimento abrangente das regras e regulamentos da modalidade esportiva em questão, bem como das políticas e procedimentos disciplinares estabelecidos pela organização responsável pela competição.

Evidências Claras e Conclusivas - As decisões disciplinares devem ser baseadas em evidências claras, objetivas e conclusivas, obtidas por meio de investigações adequadas e imparciais. Todas as informações relevantes devem ser consideradas antes de chegar a uma conclusão.

Processo Justo e Transparente - o processo disciplinar deve ser conduzido de maneira transparente, com todas as partes envolvidas tendo a oportunidade de apresentar suas versões dos fatos e de serem ouvidas de forma justa. Os procedimentos devem seguir os princípios do devido processo legal.

Proporcionalidade das penas - as sanções disciplinares aplicadas devem ser proporcionais à gravidade da infração e às circunstâncias específicas do caso. As penalidades devem ser aplicadas de forma consistente e previsível, levando em consideração fatores como a intenção, o histórico disciplinar do infrator e o impacto da infração no jogo.

Educação e prevenção - além de aplicar sanções disciplinares, é importante que o julgamento disciplinar também tenha como objetivo educar os envolvidos sobre as consequências de comportamentos inadequados e promover a prevenção de infrações no futuro.

Respeito aos direitos dos envolvidos - os direitos fundamentais dos envolvidos no processo disciplinar, incluindo o direito à privacidade, à dignidade e à presunção de inocência, devem ser respeitados em todas as etapas do processo.



Transparência e Prestação de Contas- as decisões disciplinares devem ser documentadas de forma clara e transparente, com justificativas para as sanções aplicadas. Além disso, os órgãos responsáveis pelo julgamento disciplinar devem ser sujeitos a prestação de contas e revisão independente.

O contratado também deverá dar suporte a organização do campeonato, nas atividades de organização de regulamentos, tabelas de jogos, súmulas, controle de pontos cartões e punições, entre outras atividades relacionadas ao desenvolvimento de cada competição.

7. Estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala*

Devido ao fato de que a efetiva realização dos campeonatos em cada modalidade depende do número de inscritos e não se tem essa informação antecipadamente. Também, o número de inscritos influencia na quantidade de jogos realizados, então o quantitativo foi dimensionado com base no que foi licitado em 2023, para o período de um ano e posteriormente será empenhado conforme a necessidade encontrada.

O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de até 12 (doze) meses, ficando o seu detentor obrigado a manter o seu preço registrado por igual período.

8. Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação*

Quantidade	Objeto	Valor estimado (R\$)
70	SERVIÇO DE ARBITRAGEM DE JOGOS DE FUTEBOL DE CAMPO . A LICITANTE VENCEDORA DEVERÁ: - DISPONIBILIZAR DE EQUIPE COMPLETA DE ARBITRAGEM. NO MÍNIMO 4 ÁRBITROS; - DISPONIBILIZAR SERVIÇO COMPLETO DE CONTROLE DO CAMPEONATO (TABELA, GOLS, CARTÕES, CLASSIFICAÇÃO DAS EQUIPES); - APOIAR A REALIZAÇÃO DO CONGRESSO TÉCNICO E ELABORAÇÃO DE REGULAMENTOS; - REALIZAR OS JULGAMENTOS E PUNIÇÕES DOS ATLETAS E EQUIPES.	49,280,00
100	SERVIÇO DE ARBITRAGEM DE JOGOS DE FUTEBOL SUÍÇO . A LICITANTE VENCEDORA DEVERÁ: - DISPONIBILIZAR EQUIPE COMPLETA DE ARBITRAGEM. NO MÍNIMO 3 ÁRBITROS; - DISPONIBILIZAR SERVIÇO COMPLETO DE CONTROLE DO CAMPEONATO (TABELA, GOLS, CARTÕES, CLASSIFICAÇÃO DAS EQUIPES); - APOIAR A REALIZAÇÃO DO CONGRESSO TÉCNICO E ELABORAÇÃO DE REGULAMENTOS; - REALIZAR OS JULGAMENTOS E PUNIÇÕES DOS ATLETAS E EQUIPES.	35,978,00
120	SERVIÇO DE ARBITRAGEM DE JOGOS DE FUTEBOL DE SALÃO (FUTSAL) A LICITANTE VENCEDORA DEVERÁ: - DISPONIBILIZAR EQUIPE COMPLETA DE ARBITRAGEM. NO MÍNIMO 3 ÁRBITROS; - DISPONIBILIZAR SERVIÇO COMPLETO DE CONTROLE DO CAMPEONATO (TABELA, GOLS, CARTÕES, CLASSIFICAÇÃO DAS EQUIPES); - APOIAR A REALIZAÇÃO DO CONGRESSO TÉCNICO E ELABORAÇÃO DE REGULAMENTOS; - REALIZAR OS JULGAMENTOS E PUNIÇÕES DOS ATLETAS E EQUIPES	43,482,34
50	SERVIÇO DE ARBITRAGEM DE JOGOS DE VOLEIBOL . A LICITANTE VENCEDORA DEVERÁ: - DISPONIBILIZAR EQUIPE COMPLETA DE ARBITRAGEM. NO MÍNIMO 4 ÁRBITROS; - DISPONIBILIZAR SERVIÇO COMPLETO DE CONTROLE DO CAMPEONATO (TABELA, GOLS, CARTÕES, CLASSIFICAÇÃO DAS EQUIPES); - APOIAR A REALIZAÇÃO DO CONGRESSO TÉCNICO E ELABORAÇÃO DE REGULAMENTOS; - REALIZAR OS JULGAMENTOS E PUNIÇÕES DOS ATLETAS E EQUIPES.	14.110,00
70	SERVIÇO DE ARBITRAGEM DE JOGOS DE BOCHA RAFA . CADA JOGO SERÁ COMPOSTO POR 3 (TRÊS) CATEGORIAS: INDIVIDUAL, DUPLA E TRIO. A LICITANTE VENCEDORA DEVERÁ: - DISPONIBILIZAR EQUIPE COMPLETA DE ARBITRAGEM. NO MÍNIMO 2 ÁRBITROS; - REALIZAR OS JULGAMENTOS E PUNIÇÕES DOS ATLETAS E EQUIPES.	23.156,00
Total		166.006,34

O valor foi estimado com base nas pesquisas de preços realizadas. O detalhamento está demonstrado no documento de formalização de pesquisa de preço.

A quantitativo de árbitros necessários para cada partida foi dimensionada com base na necessidade para cada modalidade, consoante Secretaria de Esportes.

9. Justificativas para o parcelamento ou não da solução, se aplicável*

Os serviços de arbitragem poderão ser desempenhados por um vencedor do certame para cada modalidade, não havendo justificativa para o não parcelamento. Dessa forma, haverá a possibilidade de ampliação da concorrência, tendo em vista que determinado participante poderá concorrer nos itens que houver compatibilidade com suas atividades, noutros não.

10. Contratações correlatas e/ou interdependentes

As contratações correlatas são aquelas cujos objetos sejam similares ou correspondentes entre si, já as



contratações interdependentes são aquelas que, por guardarem relação direta na execução do objeto, devem ser contratadas juntamente para a plena satisfação da necessidade da Administração.

Não se identificam contratações correlatas, contudo para a execução das competições são necessárias ainda a contratação das premiações, materiais esportivos, e das transmissões das finais dos jogos.

11. Demonstração do alinhamento entre a contratação e o planejamento do órgão ou entidade, identificando a previsão no Plano Anual de Contratações ou, se for o caso, justificando a ausência de previsão*

A contratação está prevista no Plano Anual de Contratações para 2024, no item 13.

12. Resultados pretendidos, em termos de efetividade e de desenvolvimento nacional sustentável;

Quando se trata de efetividade e desenvolvimento nacional sustentável na contratação de serviços de arbitragem esportiva, é importante considerar não apenas a qualidade da arbitragem em si, mas também o impacto mais amplo que essa contratação pode ter na comunidade e na indústria esportiva local.

Neste viés, temos a valorização de formação e o desenvolvimento de árbitros locais, isso não apenas fortalece o pool de talentos local, mas também promove a independência e a autossuficiência na gestão de eventos esportivos.

Promoção da diversidade e a inclusão na arbitragem esportiva, incentivando a participação de árbitros de diferentes origens étnicas, culturais, de gênero e socioeconômicas. Isso não só enriquece a perspectiva e a qualidade da arbitragem, mas também promove a igualdade de oportunidades dentro da indústria esportiva.

Elevação dos padrões de transparência e integridade na contratação de serviços de arbitragem, garantindo que os processos de seleção sejam justos, transparentes e baseados no mérito. Isso ajuda a construir confiança e credibilidade nas instituições esportivas e na comunidade em geral.

Estimula o desenvolvimento econômico local com a contratação de árbitros locais, sempre que possível, em vez de depender exclusivamente de árbitros estrangeiros. Isso não apenas fortalece a economia local, fornecendo oportunidades de emprego e investimento, mas também promove o crescimento sustentável da indústria esportiva municipal e regional.

Responsabilidade social corporativa estimular a contratação de empresas e organizações que estejam comprometidas com o impacto social e ambiental de suas decisões. Isso pode incluir práticas de contratação éticas, apoio a iniciativas de desenvolvimento comunitário e compromissos com a sustentabilidade ambiental.

Estabelecer parcerias colaborativas entre governos, organizações esportivas, setor privado e sociedade civil para promover o desenvolvimento sustentável na arbitragem esportiva. Permite envolver o compartilhamento de recursos, a colaboração em iniciativas de capacitação e o desenvolvimento de políticas e regulamentações que promovam a integridade e a eficiência na arbitragem esportiva.

Ao adotar uma abordagem holística e sustentável na contratação de serviços de arbitragem esportiva, é possível promover não apenas a efetividade e a excelência na arbitragem, mas também o desenvolvimento econômico, social e ambientalmente responsável das comunidades e da indústria esportiva nacional.

13. Providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização



Não existem providências a serem adotadas previamente a contratação.

14. Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas de tratamento

Não se vislumbram impactos ambientais diretos advindos da contratação.

15. Declaração de viabilidade*

Declaramos, considerando todo o exposto neste Estudo Preliminar, que a contratação:

[X] é viável [] não é viável

**16. Há necessidade de classificar os Estudos Preliminares como sigiloso, nos termos da Lei nº 12.527/2011?
Caso negativo, estes Estudos Preliminares devem ser anexos do TR/PB.**

Não há necessidade de manter documentos sob sigilo. E os anexos podem ser disponibilizados.

Princesa, SC, 23 de março de 2024.

Assinatura dos membros da Equipe de Planejamento da Contratação, e dos fiscais de contratos que participaram da elaboração dos ETP: